



DIREITO CIVIL

Questão 1

Prescreve

- a) em 10 anos, a pretensão para cobrança de cotas condominiais vencidas.
- b) em 5 anos, a pretensão para cobrança de aluguéis derivados de contrato escrito entre as partes.
- c) em 3 anos a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.
- d) em 1 ano a pretensão contra as pessoas em seguida indicadas por violação da lei ou do estatuto, contado o prazo, para os fundadores, da publicação dos atos constitutivos da sociedade anônima.
- e) em 1 ano a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.

Questão 2

A respeito das associações, assinale a alternativa correta:

- a) como se constituem pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos, entre os associados existem direitos e obrigações recíprocos.
- b) como os associados devem ter iguais direitos, o estatuto não pode instituir categorias com vantagens especiais.
- c) a exclusão do associado só é admissível após procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos da lei processual.
- d) nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei.
- e) dissolvida a associação, o remanescente, depois de deduzidas as quotas ou frações ideais, será destinado à entidade de fins não econômicos designada no estatuto.

Questão 3

Marcos, menor impúbere, filho de Laura, estava brincando com os colegas no parquinho do prédio. Fabiano foi acertado por uma pedra, que lhe causou danos na boca, que aparentemente foi lançada por Marcos. Tanto Marcos quanto Fabiano estavam com suas respectivas babás, já que os pais trabalham no horário comercial. A respeito do caso, assinale a assertiva correta:

- a) Laura responde objetivamente pelo dano causado por Marcos, desde que se prove a culpa deste.
- b) Laura responde objetivamente pelo dano causado por Marcos, independentemente de culpa deste.



- c) Laura responde subjetivamente pelo dano causado por Marcos, já que ele não estava em sua companhia, independentemente de culpa deste.
- d) Laura responde subjetivamente pelo dano causado por Marcos, já que ele não estava em sua companhia, desde que se prove a culpa deste.
- e) Laura não responde pelo dano causado por Marcos, já que ele não estava em sua companhia, mas sua babá, dada a omissão no dever de cuidado.

Questão 4

Frederico assumiu a dívida de Carlos perante Mario. Quando da data do pagamento, Frederico não adimpliu o débito, alegando insolvência. Nesse caso,

- a) Carlos continua obrigado ao pagamento se Mario desconhecesse a insolvência de Frederico ao tempo da assunção, mas não se essa situação se configurou depois da transmissão da obrigação.
- b) com a assunção, a garantia hipotecária dada por Carlos se mantém, salvo se as partes convencionaram sua extinção.
- c) Felipe não se exonera da garantia fidejussória prestada a Carlos caso a dívida seja anulada por vício dele desconhecido.
- d) se o credor silenciar a respeito da assunção, considera-se o silêncio como recusa, seja uma obrigação com garantia fidejussória, seja numa obrigação com garantia hipotecária.
- e) Frederico pode opor exceção de compensação a Mario caso este deva a Carlos.

Questão 5

A respeito do contrato de transporte, assinale a alternativa correta:

- a) o transportador não pode exigir que a pessoa discrimine as coisas a serem transportadas, mas apenas seu valor, para fins de responsabilização civil.
- b) é decadencial o prazo de 120 dias para o transportador haver indenização pelo prejuízo que sofrer em virtude de informação inexata prestada pela pessoa na descrição do conhecimento.
- c) é prescricional o prazo de 120 dias para o transportador haver indenização pelo prejuízo que sofrer em virtude de informação inexata prestada pela pessoa na descrição do conhecimento.
- d) é decadencial o prazo de 180 dias para o transportador haver indenização pelo prejuízo que sofrer em virtude de informação inexata prestada pela pessoa na descrição do conhecimento.
- e) é prescricional o prazo de 180 dias para o transportador haver indenização pelo prejuízo que sofrer em virtude de informação inexata prestada pela pessoa na descrição do conhecimento.

Questão 6

Sobre a aquisição da propriedade imobiliária, assinale a alternativa correta:



- a) a sentença judicial que dá procedência a pedido de usucapião, seja em pedido inicial, seja em matéria de defesa, tem natureza constitutiva de propriedade.
- b) a construção se distingue da avulsão porque nesta a acessão é de imóvel sobre imóvel ao passo que naquela é de móvel sobre imóvel.
- c) se o construtor invadir de má-fé 20m² de um terreno de 300m², deve pagar o décuplo da indenização apurada pela área perdida e pela desvalorização do remanescente.
- d) caso o álveo seja naturalmente abandonado, os proprietários ribeirinhos adquirem a propriedade do curso, mas devem indenizar os proprietários pelos quais o novo álveo transcorre.
- e) se por força natural e violenta um porção de terra se destacar de um prédio e se juntar a outro, o proprietário deste adquire a propriedade da área, sem ter de indenizar o antigo proprietário.

Questão 7

João, ao se mudar para um loteamento novo, resolveu cercar seu terreno. Para isso, construiu um muro na divisa do terreno com Pedro e plantou uma cerca-viva na divisa do terreno com Adriana.

- a) tanto a cerca-viva quanto o muro constituem exemplos de condomínio convencional, tendo em vista que as partes precisam aquiescer quanto à construção e manutenção.
- b) se as galinhas de Adriana fogem para o terreno de João, terá ele de suportar a meação de uma cerca capaz de evitar a fuga, já que fora o responsável por plantar a cerca-viva.
- c) Adriana, se não quiser mais cuidar da cerca-viva, pode cortá-la e a substituir por um muro, a despeito da discordância de João.
- d) Pedro, se não pagar pela meação do muro, não pode utilizá-lo para erigir uma edícula, mas pode usá-lo para apoiar os ganchos de um varal.
- e) Pedro automaticamente adquire a propriedade sobre a meação do muro, desde que pague a João a metade do que vale atualmente a tapagem.

Questão 8

Podem casar, de acordo com o Código Civil brasileiro:

- a) o adotado com o ex-companheiro do adotante.
- b) um homem com a filha de sua ex-esposa, desde que inexistam parentesco natural, civil ou socioafetivo.
- c) os tios com os sobrinhos.
- d) o cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio culposo contra o seu consorte.
- e) as pessoas casadas, desde que separadas de fato.

Questão 9

Excluem-se do usufruto e da administração dos pais:



- a) os bens adquiridos pelo filho havido fora do casamento, depois do reconhecimento.
- b) os valores auferidos pelo filho de quatorze anos, no exercício de atividade profissional e os bens com tais recursos adquiridos.
- c) os bens deixados ou doados ao filho absolutamente incapaz, caso não sejam os pais herdeiros do doador.
- d) os bens que aos filhos couberem na herança, quando um dos pais mantiver relações ilícitas com a madrasta ou com o padrasto
- e) os bens que aos filhos couberem na herança, quando os pais incorrerem em crime contra a honra do companheiro do autor da herança.

Questão 10

Em se tratando de legado, no caso de legado

- a) de coisa determinada pelo gênero, compete ao herdeiro escolhê-la, podendo escolher as que lhe convierem.
- b) alternativo, a escolha compete ao herdeiro, se não se estipulou inversamente no testamento.
- c) em dinheiro, devidos juros desde a abertura da sucessão.
- d) de renda vitalícia, devida a renda desde o dia em que se constituir em mora o falecido.
- e) de coisa certa, devidos frutos desde o dia em que se constituir em mora o herdeiro.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Com base no Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15), responda às seguintes perguntas.

Questão 11

Assinale a alternativa correta:

- a) A constitucionalização do direito infraconstitucional tem como sua principal marca a inclusão na Lei Maior de normas anteriormente codificadas.
- b) A visão substancialista da jurisdição constitucional compreende que a Constituição deve conter direitos fundamentais, princípios e fins públicos que realizem os grandes valores de uma sociedade democrática, como justiça, igualdade e liberdade, admitindo o controle do resultado das deliberações políticas que supostamente os contravenham.
- c) Os processos sujeitos a sentença terminativa sem resolução de mérito não ficam excluídos da regra que determina a ordem cronológica de conclusão para a sentença.
- d) A boa-fé processual objetiva, que não se aplica ao juiz, prevê que as partes no processo tenham um comportamento probo e leal.



e) Na jurisdição voluntária, a lei confere maior flexibilidade ao julgador para conduzir o processo, mas o obriga à observância de critérios de legalidade estrita quando da prolação da sentença.

Questão 12

Marque a alternativa correta:

- a) A sentença estrangeira arbitral não pode funcionar como título executivo devido ao princípio da territorialidade, que rege a arbitragem no Brasil.
- b) A jurisdição voluntária se apresenta predominantemente como ato substitutivo da vontade das partes.
- c) É da competência da justiça do trabalho o processamento e o julgamento das causas que envolvam pedido de condenação de ente público ao pagamento de indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho sofrido por servidor público estatutário.
- d) A justiça estadual possui competência para julgar mandado de segurança impetrado contra ato de conselho seccional da OAB.
- e) A intervenção de ente federal, a título de *amicus curiae*, não desloca a competência para a Justiça Federal.

Questão 13

Assinale a alternativa correta.

- a) No caso de litisconsórcio unitário, a independência da atividade dos litisconsortes é plena.
- b) Reconvenção é o instituto típico e exclusivo do procedimento comum ordinário e, uma vez apresentada, gera cumulação objetiva de ações. Não se admitirá a reconvenção nas chamadas ações dúplices, nas quais é lícito ao réu formular pedido contra o autor na própria contestação.
- c) Na ação de alimentos contra o pai, o menor de dezesseis anos de idade tem legitimidade para o processo, mas não goza de legitimidade para a causa.
- d) Mesmo sem procuração o advogado pode postular em juízo para praticar ato considerado urgente.
- e) A gratuidade garante a isenção de custas, taxas e despesas processuais, mas não de emolumentos.

Questão 14

Marque a alternativa incorreta.

- a) A DP poderá receber honorários advocatícios caso ajuíze e vença ação contra o mesmo ente estatal ao qual esteja vinculada.
- b) Por expressa determinação constitucional, é vedado ao MP, a qualquer título e sob qualquer pretexto, o recebimento de honorários.



- c) Nas relações processuais em que o município for parte, salvo quando houver prazo próprio previsto em lei, as suas procuradorias gozarão de prazo em dobro para todas as manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.
- d) Na hipótese de desmembramento do litisconsórcio multitudinário, a interrupção da prescrição deve retroagir à data de propositura da demanda original, inclusive para os autores que forem compor um novo processo.
- e) No incidente de desconsideração da personalidade jurídica, estará sempre presente interesse público que torne obrigatória a intervenção do MP como fiscal da ordem jurídica.

Questão 15

Considerando o disposto no NCPC, a resposta correta é:

- a) Em processos iniciados no 1º grau, o juízo de admissibilidade da apelação caberá exclusivamente ao tribunal, e não ao juízo a quo.
- b) De acordo com a posição majoritária do STJ, a denunciação à lide pode ampliar o objeto apresentado na inicial.
- c) Constitui afronta ao princípio do juiz natural a composição majoritária do órgão julgador de tribunal por juízes de primeiro grau, ainda que legalmente convocados.
- d) O princípio dispositivo se aplica à instrução do processo, não podendo o juiz determinar produção de provas não requeridas pelas partes.
- e) Os efeitos da coisa julgada material serão inaplicáveis em caso de decisão que resolva questão prejudicial.

Questão 16

Marque a alternativa correta:

- a) Em ação de reparação de danos, a seguradora denunciada, se aceitar a denunciação ou contestar o pedido do autor, não pode ser condenada, direta e solidariamente junto com o segurado, ao pagamento da indenização devida à vítima, nos limites contratados na apólice.
- b) A prática eletrônica de ato processual poderá ocorrer até às dezoito horas do último dia do prazo.
- c) Durante as férias forenses, atos processuais de tutela de urgência não podem ser praticados.
- d) O benefício do prazo em dobro aplica-se à defesa do ente público em sede de ação popular porque as regras referentes à contagem de prazo do CPC se aplicam também aos procedimentos previstos na legislação extravagante.
- e) Em razão da previsão especial do § 1º do art. 183, estabelecendo a intimação pessoal da Fazenda Pública por carga, remessa ou meio eletrônico, a ela não se aplica a intimação pelo advogado da outra parte.

Questão 17

A resposta incorreta, conforme o NCPC e jurisprudência dos Tribunais Superiores, é:



- a) O juiz nomeará curador especial ao réu revel citado por edital enquanto este não for encontrado.
- b) A tutela provisória de urgência, antecipada ou cautelar, poderá ser concedida em caráter antecedente ou incidentalmente.
- c) A tutela provisória requerida pela parte em caráter antecedente depende de pagamento de custas.
- d) No cumprimento voluntário de sentença, o executado tem 15 dias úteis para pagar, podendo ser duplicado nos casos de litisconsortes cujos advogados sejam de escritórios distintos.
- e) O MP tem legitimidade para defender direito individual homogêneo desde que seja indisponível ou, em sendo disponível, que haja relevância social.

Questão 18

Assinale a alternativa correta:

- a) O autor da ação poderá alterar o pedido inicial após a citação do réu e independentemente do seu consentimento, se este for revel.
- b) Após as providências preliminares de saneamento, se o juiz decidir parte do mérito da causa antecipadamente, a cognição é exauriente e o recurso cabível será o agravo de instrumento, independentemente de a decisão ter sido líquida ou ilíquida.
- c) Quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores. Nesse caso, segundo o STJ, o órgão estendido pode analisar tão somente o ponto não unânime.
- d) Nas provas orais produzidas em audiência, devem ser ouvidos, obrigatoriamente, nesta ordem: o perito e os assistentes técnicos; o autor e o réu que prestarem depoimentos pessoais; as testemunhas arroladas pelo autor e, por último, as testemunhas arroladas pelo réu.
- e) Segundo o texto de lei, é possível a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

Questão 19

Segundo o NCPC, é correto afirmar:

- a) No prazo da impugnação ao cumprimento de sentença, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês.



- b) O prazo de 3 (três) dias previsto para pagamento de prestação alimentícia conta-se em dias corridos.
- c) A impenhorabilidade dos vencimentos não se aplica à hipótese de penhora para pagamento de prestação alimentícia, independentemente de sua origem, bem como às importâncias excedentes a 50 (cinquenta) salários-mínimos mensais.
- d) As disposições de direito probatório adotadas no NCPC aplicam-se imediatamente, inclusive em relação às provas requeridas ou determinadas de ofício antes da data de início de sua vigência.
- e) A suspensão de processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado ou na região prevista no art. 982, I, do CPC é decorrência automática e necessária da admissão do IRDR.

Questão 20

Assinale a assertiva que representa posição dos Tribunais Superiores a respeito do NCPC e da Tutela Coletiva:

- a) O prazo de 5 dias previsto no parágrafo único do art. 932 do NCPC se aplica aos casos em que seja necessário sanar vícios formais, bem como para complementação da fundamentação.
- b) A eficácia subjetiva da coisa julgada formada a partir de ação coletiva, de rito ordinário, ajuizada por associação civil na defesa de interesses dos associados, somente alcança os filiados, residentes no âmbito da jurisdição do órgão julgador, que o fossem em momento anterior ou até a data da propositura da demanda, constantes da relação jurídica juntada à inicial do processo de conhecimento.
- c) É incabível a fixação de honorários recursais, prevista no art. 85, § 11, do NCPC, quando não apresentadas contrarrazões ou contraminuta pelo advogado da parte recorrida.
- d) Se o Supremo Tribunal Federal considerar como reflexa a ofensa à Constituição afirmada no recurso extraordinário, por pressupor a revisão da interpretação de lei federal ou de tratado, inadmitirá o recurso.
- e) A utilização do sistema RENAJUD com o propósito de identificar a existência de veículos penhoráveis em nome do executado pressupõe a comprovação do insucesso do exequente na obtenção dessas informações mediante consulta ao DETRAN.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 21

Passados dois meses após João ter comprado um aparelho celular na Loja X, este apresentou problema e não mais realizava ligações ou acessava a internet. João, então, levou prontamente o aparelho à Loja X para que tomassem as providências cabíveis.

Conforme o entendimento do STJ e as disposições do CDC, é correto afirmar que:

- a) João terá direito a receber em dobro o valor que pagou pelo aparelho celular;



- b) A Loja X é objetivamente responsável pelo vício no produto, considerando que não se passaram os 90 dias, por ser o aparelho celular um bem durável, devendo realizar os procedimentos para seu conserto em qualquer circunstância;
- c) A Loja X apenas não será obrigada a receber o aparelho celular e tomar as providências relativas a seu conserto caso haja assistência técnica especializada na mesma cidade;
- d) A Loja X deverá prontamente substituir o produto viciado, caso seja esse o desejo do consumidor;
- e) A Loja X será responsável por qualquer vício que o aparelho apresente mesmo quando passados 90 dias, desde que esteja dentro do prazo da garantia do produto;

Questão 22

Márcio comprou um notebook de uma série de marca muito conhecida. Após cinco meses de uso, ainda dentro do prazo da garantia, o notebook apresentou problema em sua bateria e não mais ligava.

Ao entrar em contato com a fabricante, foi informado que não havia mais notebooks nem peças do mesmo modelo sendo fabricadas já há dois anos, o que impossibilitaria a substituição do produto ou mesmo da bateria.

Com base nessas informações, poderá Márcio:

- a) Exigir a imediata devolução do dinheiro pago pelo produto, com correção monetária;
- b) Ante a impossibilidade da troca da bateria, deverá aceitar que o fabricante conserte a bateria, mesmo que venha a reduzir o seu desempenho posteriormente;
- c) Por ser caso fortuito, a ausência de baterias para o modelo do notebook não atrai obrigações ao fabricante;
- d) Por não ser possível a substituição do bem, poderá requerer a substituição por um produto de outra espécie, pagando complementação se caso for cabível e necessário;
- e) Nesse caso, poderá exclusivamente exigir a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

Questão 23

No contrato de construção sob o regime de administração ou preço de custo, não há relação de consumo a ser tutelada pelo Código de Defesa do Consumidor, devendo a relação jurídica ser regida pela Lei de Condomínio e Incorporações Imobiliárias - Lei 4.591/64

- a) não há relação de consumo a ser tutelada pelo Código de Defesa do Consumidor, devendo a relação jurídica ser regida pela Lei de Condomínio e Incorporações Imobiliárias;
- b) não há relação de consumo a ser tutelada pelo Código de Defesa do Consumidor, devendo a relação jurídica ser regida pelo Código Civil;
- c) não há relação de consumo a ser tutelada pelo Código de Defesa do Consumidor, devendo a relação jurídica ser regida pela Lei do Inquilinato;



- d) há relação de consumo a ser tutelada pelo Código de Defesa do Consumidor, devendo a relação jurídica ser regida pela referida lei;
- e) há relação de consumo a ser tutelada pelo Código de Defesa do Consumidor, devendo prevalecer o contrato, aplicando-se o CDC de forma subsidiária;

Questão 24

De acordo com o entendimento do STJ, é correto afirmar:

- a) Não é legítima a cobrança de tarifa básica pelo uso dos serviços de telefonia fixa;
- b) É legítima a cobrança da tarifa de água fixada de acordo com as categorias de usuários sem considerar as faixas de consumo;
- c) Constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável, mas não sujeito a aplicação de multa administrativa;
- d) Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor após proceder à inscrição;
- e) É dispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros;

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Questão 25

José, adolescente de 17 anos, praticou ato análogo ao de roubo (art. 157, CP). Após regular apuração do ato infracional, foi aplicada ao adolescente medida socioeducativa de liberdade assistida, cumulada com medida de prestação de serviços à comunidade. O trânsito em julgado do procedimento judicial se deu após o adolescente atingir a maioridade. Nesse caso,

- a) dada a maioridade do adolescente e por se tratar de ato infracional praticado com grave ameaça à pessoa, entende o STJ a necessidade de converter a medida de internação que poderá ser cumprida até os 21 anos de idade, em atenção ao que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- b) dada a maioridade civil adquirida posteriormente à data da prática do ato infracional, o juízo da execução da medida socioeducativa deverá extingui-la, uma vez que a excepcionalidade que permite o cumprimento de medida socioeducativa até os 21 anos de idade aplica-se apenas às medidas restritivas de liberdade (semiliberdade e internação).
- c) dada a maioridade do adolescente e por se tratar de crime praticado com grave ameaça à pessoa, entende o STJ a necessidade de converter a medida socioeducativa para pena de reclusão.
- d) a despeito da maioridade civil adquirida posteriormente, o agente era menor de idade na data em que cometeu o ato infracional análogo ao de roubo, portanto, conforme



entendimento sumulado do STJ, a superveniência da maioria penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso.

e) como o adolescente era menor na data da prática do ato infracional, tal conduta não poderá ser convertida em crime, contudo, também não poderá ser aplicada medida socioeducativa, tendo em vista a superveniência da maioria sem aplicação da punição.

Questão 26

Assinale a alternativa correta, tendo em vista o entendimento atual da jurisprudência do STJ em matéria de infância e juventude:

- a) Conforme entendimento do STJ, embora a legislação previdenciária seja silente no que atine à extensão da pensão por morte ao menor sob guarda na condição de dependente, deve-se reconhecer a eficácia protetiva do Estatuto da Criança e do Adolescente, com absoluta prioridade, no momento de infortúnio decorrente do falecimento do mantenedor.
- b) O Ministério Público apenas tem legitimidade para ajuizar ação de alimentos em proveito da criança e do adolescente na falta do poder familiar dos pais ou quando o menor se encontrar nas situações de risco, mesmo que, na comarca exista defensoria pública.
- c) O Ministério Público apenas tem legitimidade para ajuizar ação de alimentos em proveito da criança e do adolescente na hipótese de ausência de defensoria pública, na falta do poder familiar dos pais, caso o menor se encontre em situação de risco.
- d) Para configuração do crime de corrupção de menores, é necessária a prova da efetiva corrupção do menor.
- e) O ECA veda a veiculação de notícias que permitam a identificação de menores infratores. Entendeu o STJ que a veiculação de informações do ato infracional pode ocorrer (como iniciais, apelido, ilustração), desde que não haja menção expressa ao nome completo ou fotografia do adolescente.

Questão 27

Quanto ao apadrinhamento de crianças e adolescentes em programa de acolhimento institucional ou familiar, assinale a alternativa incorreta:

- a) Pessoas jurídicas poderão apadrinhar crianças e adolescentes com a finalidade de colaborar com o seu desenvolvimento.
- b) Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 anos que estejam inscritas nos cadastros de adoção.
- c) Os programas ou serviços de apadrinhamento apoiados pela Justiça da Infância e da Juventude poderão ser executados por órgãos públicos ou por organizações da sociedade civil.
- d) O apadrinhamento – que consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo,



educacional e financeiro – será utilizado prioritariamente para crianças e adolescentes com remota possibilidade de reinserção familiar ou cuja probabilidade da adoção seja reduzida.

e) Tanto crianças inseridas em acolhimento institucional como em acolhimento familiar podem participar de programa de apadrinhamento.

Questão 28

Em relação ao procedimento de perda ou suspensão familiar, mormente após alterações promovidas pela Lei 13.509/2017, assinale a alternativa incorreta:

- a) Com a novel legislação, recebida a petição inicial, o juízo da infância determinará, juntamente com a citação dos requeridos, a realização do estudo social ou da perícia por equipe interprofissional ou multidisciplinar, caso haja requerimento do interessado.
- b) Há regra explícita prevendo a possibilidade de citação por hora certa nos procedimentos de perda ou suspensão do poder familiar nas hipóteses de suspeita pelo oficial de justiça de ocultação da parte ré.
- c) Caso os réus encontrem-se em local incerto ou não sabido, serão citados por edital, que prevê procedimento célere e simplificado comparado com a regrativa geral do CPC.
- d) Citados os réus, não será obrigatória a oitiva caso não compareçam perante o Juízo.
- e) Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar a suspensão do poder familiar, liminar ou incidentalmente, até o julgamento definitivo da causa, ficando a criança ou adolescente confiado a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade.

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Questão 29

Em relação ao entendimento jurisprudencial em matéria afeta à pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta:

- a) O deficiente por visão monocular não tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes.
- b) O deficiente por surdez unilateral qualifica-se como pessoa com deficiência para disputar vagas reservadas em concursos públicos.
- c) A sentença de interdição, salvo pronunciamento judicial expresso em sentido contrário, opera efeitos *ex tunc*.
- d) A partir da Lei 13.146/2015, observa-se dissociação necessária e absoluta entre o transtorno mental e o reconhecimento da incapacidade, ou seja, a definição automática de que a pessoa com debilidade mental, de qualquer natureza, implicaria na constatação da limitação de sua capacidade civil deixou de existir.



e) A legislação que concede passe livre no sistema de transporte coletivo interestadual às pessoas com deficiência não obedece ao princípio da igualdade, na medida em que dá tratamento distinto aos usuários.

Questão 30

No que diz respeito ao atendimento prioritário, assegurado à pessoa com deficiência, assinale a alternativa correta:

- a) Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade destinada à pessoa com deficiência prevalece, inclusive, perante protocolos de atendimento médicos.
- b) A pessoa com deficiência tem assegurado expressamente a dispensa de recolhimento de renda.
- c) Os benefícios relativos ao atendimento prioritário são extensivos apenas ao atendente pessoal da pessoa com deficiência, em razão da assistência e prestação de cuidados básicos ofertada, não se aplicando ao acompanhante.
- d) A pessoa com deficiência tem direito ao trâmite preferencial processual, seja para procedimentos judiciais ou administrativos e mesmo que atue nos autos como parte interessada.
- e) É assegurado à pessoa com deficiência embarque prioritário em estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros, silenciando a lei quanto ao desembarque.

DIREITO PENAL

Questão 31

Sobre os crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta, de acordo com a legislação e o entendimento dos Tribunais Superiores:

- a) No peculato doloso, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, enseja a extinção da punibilidade.
- b) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.
- c) No caso do peculato-eletrônico, previsto no artigo 313-A do Código Penal, qualquer funcionário público pode praticá-lo, não sendo necessário que tenha algum acesso restrito ao sistema ou banco de dados.
- d) não se configura o crime de concussão se há exigência de vantagem pelo agente antes de assumir a função pública, ainda que tenha sido em razão dela.
- e) se o Governador de Estado praticar o crime de peculato, não incidirá a causa de aumento de pena do parágrafo segundo do artigo 327, já que ele não exerce função de direção, mas sim cargo político.

Questão 32

Assinale a alternativa INCORRETA sobre a teoria do crime:



- a) Para a teoria tripartida, compatível com o finalismo, crime é fato típico, ilícito e culpável.
- b) o STF já julgou não ser necessária a responsabilização concomitante de pessoa física para a responsabilização da pessoa jurídica por crime ambiental.
- c) o Estado é considerado o sujeito passivo formal, corrente ou constante da infração penal.
- d) o dolo, para a teoria causalista, é considerado normativo.
- e) a coação física irresistível exclui a culpabilidade, por inexigibilidade de conduta diversa.

Questão 33

Assinale a alternativa INCORRETA sobre a ilicitude, de acordo com a legislação penal e o entendimento da doutrina majoritária:

- a) A doutrina majoritária entende que foi adotada, no nosso ordenamento jurídico, a teoria da *ratio essendi* da ilicitude, segundo a qual há uma presunção de que o fato típico é ilícito.
- b) O Código Penal adotou, quanto à caracterização do estado de necessidade, a teoria unitária.
- c) Se o consentimento do ofendido for elementar do crime, sua análise não será no âmbito da ilicitude, mas de tipicidade.
- d) Legítima defesa sucessiva é a causa de excludente que acoberta o agente que, após provocar a injusta agressão, busca repelir o excesso.
- e) Denomina-se excesso intensivo, no caso das excludentes de ilicitude, aquele que se relaciona com os meios utilizados pelo agente para repelir a agressão ou o seu grau de utilização.

Questão 34

Assinale a alternativa correta sobre a culpabilidade, considerando o entendimento doutrinário majoritário e a legislação penal:

- a) são elementos da culpabilidade a imputabilidade, a atual consciência da ilicitude e inexigibilidade de conduta diversa, devido à concepção finalista da conduta.
- b) a teoria psicológica da culpabilidade é compatível com o finalismo, por não conter o dolo e a culpa como seus elementos.
- c) A teoria psicológico-normativa da culpabilidade se compatibiliza com a concepção neokantista da conduta, por apresentar como elementos da culpabilidade o dolo ou a culpa, a imputabilidade e a exigibilidade de conduta diversa.
- d) O Código Penal adotou o critério psicológico para a determinação da imputabilidade, sendo que a incapacidade mental ao tempo do crime é o fator que enseja o reconhecimento da inimputabilidade.
- e) A valoração paralela na esfera do profano, concebida por Mezger, diz respeito ao erro de direito, sendo uma teoria que isenta da responsabilidade penal aquele que nele incide.

Questão 35



Sobre prescrição, de acordo com o Código Penal e o entendimento jurisprudencial dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.
- b) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 anos, ou, na data da sentença, maior de 70 anos.
- c) O período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada.
- d) Mesmo quando nula a decisão de primeiro grau, o acórdão que provê o recurso contra a rejeição da denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela.
- e) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.

Questão 36

Assinale a alternativa correta sobre *iter criminis*:

- a) crime de atentado ou de empreendimento é aquele que já prevê a punição dos atos preparatórios de outra infração penal.
- b) Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.
- c) Tentativa perfeita ou crime falho é aquela forma de tentativa em que o agente não executa todos os atos que pretendia, por circunstâncias alheias à sua vontade.
- d) o Código Penal adotou, em regra, a teoria subjetiva ou voluntarística, não diferenciando a forma tentada e consumada, por priorizar o elemento subjetivo.
- e) No arrependimento posterior, uma das formas de tentativa abandonada, o agente, voluntariamente, impede que o resultado se produza, só respondendo pelos atos já praticados.

Questão 37

Assinale a alternativa correta sobre os efeitos da condenação:

- a) Deve ser declarada motivadamente na sentença a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito.
- b) Poderá ser decretada a perda do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso, mas não a perda de bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito do crime quando se localizarem no exterior.



- c) poderá ser decretada, em sentença, incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela, em caso de crime doloso, sujeito à pena de reclusão, cometido contra pessoa igualmente titular do mesmo poder familiar.
- d) a perda de mandato eletivo de vereadores não necessita ser mencionada na sentença condenatória, já que a Constituição não prevê regra de decisão do Poder Legislativo.
- e) com a reabilitação, o agente pode ser reintegrado no cargo que perdeu como efeito da sentença condenatória.

Questão 38

Quanto aos crimes contra a dignidade sexual, assinale a resposta correta:

- a) Houve *abolitio criminis* quanto ao crime de atentado violento ao pudor.
- b) O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, devendo ser considerada pelo juiz eventual existência de relacionamento amoroso com o agente.
- c) No caso dos crimes contra a liberdade sexual, a ação penal é pública condicionada à representação, salvo se a vítima for menor de 18 anos.
- d) O delito de importunação sexual se configura se houver emprego de violência contra pessoa, grave ameaça ou se a vítima for menor de 18 anos.
- e) Configura crime a conduta de publicar, em rede social, foto com nudez de pessoa maior de idade, se não houver seu consentimento.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 39

Assinale a alternativa ERRADA, considerando o entendimento recente e predominante no STJ:

- a) A estrutura acusatória do processo penal pátrio impede que se sobreponham em um mesmo sujeito processual as funções de defender, acusar e julgar; mas não elimina, dada a natureza publicista do processo, a possibilidade de o juiz determinar, mediante fundamentação e sob contraditório, a realização de diligências ou a produção de meios de prova para a melhor reconstrução histórica dos fatos, desde que assim proceda de modo residual e complementar às partes e com o cuidado de preservar sua imparcialidade.
- b) A adoção do sistema presidencialista na inquirição das testemunhas, segundo entendimento pacificado, gera nulidade absoluta da instrução probatória.
- c) A pena-base do condenado não pode ser agravada, por maus antecedentes, caso tenha ele inquéritos policiais e ações penais em andamento.
- d) A defesa técnica, no processo penal, é indisponível; reconhece-se ao réu, ainda e modo geral, a prerrogativa de escolha do seu defensor.



e) O inquérito policial dirige-se à formação do convencimento do órgão responsável pela acusação, isto é, serve para fornecer elementos necessários para que o titular da ação penal possa ingressar em juízo, constituindo peça meramente informativa, não sendo fase obrigatória da persecução penal. Nesse contexto, pode ser dispensado caso o Ministério Público já disponha de elementos suficientes para a propositura da ação penal.

Questão 40

Assinale a alternativa correta:

- a) O arquivamento implícito do inquérito policial é plenamente aceito na jurisprudência, desde que a medida venha ao encontro dos interesses do investigado.
- b) O princípio da livre convicção não encontra limitações legais; desde que fundamente sua decisão, o juiz poderá tomar por base somente os elementos de informação do inquérito policial para julgar o réu.
- c) Embora o inquérito não seja obrigatório, a sua inexistência impedirá a decretação da prisão preventiva.
- d) Segundo entendimento corrente na jurisprudência, as leis podem vedar a liberdade ou impor a prisão para determinados crimes (isso seria constitucional). Esse desvalor das condutas, segundo a mesma jurisprudência, não pode ser violado pelo Poder Judiciário, que, nessas condições, estaria vinculado a prender ou soltar de acordo com os ditames da norma.
- e) A prisão temporária é uma espécie de prisão cautelar que não se aplica a qualquer crime e tem como objeto de tutela a investigação criminal, não permitindo que o juiz a decrete de ofício e nem tendo cabimento em fase processual.

Questão 41

Sobre os institutos da “emendatio libelli”, “mutatio libelli” e princípio da correlação entre acusação e sentença, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo entendimento majoritário, na “emendatio libelli”, a mudança da classificação jurídica do fato depende, à luz do contraditório, de intimação prévia do acusado.
- b) No caso de aditamento da denúncia, operando a “mutatio libelli”, ficará a critério do magistrado proferir sua decisão com base nos fatos descritos na primeira ou na segunda acusação formal.
- c) Conforme o princípio da correlação entre a acusação e a sentença, estando os fatos corretamente descritos na denúncia, o magistrado não pode dar a eles nova definição jurídica, em desconformidade da “opinio delicti” do Ministério Público. Isso implicaria surpresa para o réu e violação ao princípio do contraditório e da ampla defesa.
- d) A “emendatio” e a “mutatio libelli” são admitidas em segundo grau de jurisdição.
- e) Quando o Procurador-Geral de Justiça confirma a recusa do Promotor de Justiça em aditar a denúncia, ainda que o magistrado observe a prática de uma qualificadora ausente na descrição da inicial acusatória, não poderá incluí-la na sentença.



Questão 42

Sobre as medidas cautelares:

- a) Uma vez aplicada a medida cautelar diversa da prisão, o juiz não poderá substituí-la por outra ou impor nova medida cumulativamente.
- b) No curso da investigação criminal, as medidas cautelares pessoais poderão ser decretadas por representação da autoridade policial ou a requerimento do Ministério Público.
- c) A medida cautelar de recolhimento domiciliar no período noturno poderá ser decretada pelo juiz, de ofício ou a requerimento das partes, no curso do inquérito policial, quando houver necessidade de garantir a aplicação da lei penal ou resguardar a instrução criminal.
- d) A liberdade provisória somente poderá ser concedida se o juiz aplicar cumulativamente medidas cautelares diversas da prisão para evitar a fuga do acusado. Além disso, poderá cumular a aplicação das medidas cautelares outras com o arbitramento de fiança.
- e) Mediante decisão judicial fundamentada e demonstração da imperiosa necessidade da medida, qualquer pessoa está sujeita à constrição cautelar da liberdade, inclusive, o Presidente da República, nas infrações comuns.

Questão 43

Conforme entendimento dominante nos tribunais, assinale a alternativa correta:

- a) É causa de nulidade relativa a ausência de quesito obrigatório nos julgamentos do Tribunal do Júri.
- b) O réu poderá ser citado por edital quando preso em outra cidade, mas no mesmo Estado em que estiver atuando o juiz processante.
- c) No processo penal, a falta de defesa técnica ensejará nulidade relativa e o seu reconhecimento depende da demonstração do prejuízo para o réu.
- d) É prescindível a audiência da defesa, nas decisões de competência do Tribunal do Júri que determinem o desaforamento.
- e) No processamento de crimes de competência do Tribunal do Júri, os quesitos de defesa deverão ser julgados antes dos quesitos sobre as circunstâncias agravantes, sob pena de nulidade.

Questão 44

Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta:

- a) Inicia-se a partir da entrega dos autos na repartição administrativa do Ministério Público o prazo para o Promotor de Justiça recorrer de decisão judicial desfavorável aos seus interesses, salvo se a intimação pessoal tiver ocorrido em audiência.
- b) O defensor do réu poderá obter todos os elementos de prova já documentados nos autos, salvo mídias que contenham gravação de depoimentos em formato audiovisual.



- c) O direito ao amplo acesso aos elementos de prova pelo defensor do réu alcança inclusive documentos relacionados a diligências ainda em andamento, tudo em prol da mais ampla defesa.
- d) O flagrante preparado, também denominado flagrante provocado, crime de ensaio, delito de experiência ou delito putativo por obra do agente provocador é considerado crime impossível.
- e) O recebimento da denúncia oferecida com excesso de prazo pela acusação será considerado nulo.

Questão 45

Assinale a alternativa correta, de acordo com o entendimento majoritário da doutrina e jurisprudência:

- a) Considerando a ampla defesa, o princípio da singularidade, em relação aos recursos, foi abandonado e não encontra mais respaldo no processo penal.
- b) A admissibilidade dos recursos é avaliada exclusivamente pela instância “ad quem”.
- c) No processo penal, o efeito devolutivo dos recursos não é regra, deve ser outorgado pelo juízo recorrido, de acordo com a verossimilhança das razões recursais.
- d) O efeito extensivo não é restrito aos recursos e se aplica em relação a decisões tomadas em ações autônomas de impugnação.
- e) No processo penal não temos recursos com efeito regressivo.

Questão 46

Segundo o entendimento que prevalece nos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

- a) No procedimento comum ordinário, o recebimento da denúncia só deve ocorrer depois da análise, pelo juiz, da resposta à acusação.
- b) O procedimento ordinário será adotado em relação aos crimes punidos com reclusão.
- c) As infrações de menor potencial ofensivo, cujos procedimentos forem encaminhados do Juizado Especial Criminal, adotarão, no juízo comum, o rito sumário e não o sumaríssimo.
- d) As hipóteses de rejeição da denúncia, previstas no art. 395 do CPP, são restritas ao procedimento comum.
- e) O princípio da identidade física, hoje, tem previsão expressa no Código de Processo Penal mas não no Código de Processo Civil. Aliás, no primeiro (CPP) estão indicadas expressamente as situações de exceção a esse princípio.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Questão 47

Acerca da Lei de Abuso de Autoridade, assinale a alternativa correta:



- a) O delito de abuso de autoridade, em todas as suas modalidades, não é infração penal de menor potencial ofensivo, razão pela qual é inadmissível a aplicação de transação penal.
- b) O delito de abuso de autoridade é crime de ação penal pública condicionada à representação do ofendido.
- c) Militar não pode figurar como sujeito ativo do crime de abuso de autoridade, pois a Lei 4898/65 aplica-se apenas aos civis.
- d) O administrador da massa falida, por exercer um múnus público, pode responder pelo crime de abuso de autoridade.
- e) Em regra, o particular não pode ser sujeito ativo de um crime de abuso de autoridade, salvo se praticar o fato ilícito em concurso com a autoridade pública e tiver ciência dessa elementar.

Questão 48

Acerca da Lei nº 4898/65, assinale a alternativa correta.

- a) Se a autoridade policial privar a liberdade de um adolescente sem observar as formalidades legais (flagrante de ato infracional ou ordem escrita e fundamentada da autoridade competente) terá incorrido no crime de abuso de autoridade.
- b) Configura o delito de abuso de autoridade deixar de comunicar, imediatamente, a prisão ou detenção de qualquer pessoa à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- c) O crime de abuso de autoridade também pode ser cometido na forma culposa.
- d) O crime de abuso de autoridade consistente no atentado à inviolabilidade de domicílio admite a figura tentada.
- e) Impedir que um advogado examine um auto de prisão em flagrante delito já devidamente lavrado configura delito de abuso de autoridade.

Questão 49

Acerca da Lei 11343/06 (Lei de Drogas), assinale a alternativa correta.

- a) Para a incidência da majorante prevista no art. 40, V, da Lei nº 11.343/2006, é necessária a efetiva transposição de fronteiras entre Estados da Federação, não sendo suficiente a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual.
- b) De acordo com o STJ, o delito de associação para o tráfico é crime equiparado aos delitos hediondos;
- c) É de 3 anos o prazo prescricional para a execução da pena para o crime de porte de entorpecente para consumo pessoal.
- d) É cabível a aplicação retroativa da Lei nº 11343/2006, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei nº 6368/1976, sendo vedada a combinação de leis.
- e) As glebas cultivadas com plantações ilícitas serão desapropriadas, com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal,



com prazo de resgate de até 10 anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Questão 50

Acerca dos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa correta.

- a) A composição dos danos civis em crime de ação penal de iniciativa privada não acarreta a renúncia ao direito de queixa-crime;
- b) Considera-se infração de menor potencial ofensivo todas as contravenções penais e os delitos a que a lei comine pena máxima não superior a 1 ano, cumulada ou não com multa;
- c) No rito sumaríssimo do Juizado Especial Criminal é cabível o oferecimento de denúncia de modo oral. A sentença está dispensada de apresentar o relatório, porém deve mencionar os elementos de convicção do juiz.
- d) É possível a citação por edital no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.
- e) Se o autor da infração penal de menor potencial ofensivo for pessoa detentora de foro por prerrogativa de função, ele não fará jus às medidas despenalizadoras da Lei nº 9099/95.

Questão 51

Sobre a prisão temporária é correto afirmar que ela será decretada pelo juiz, em face

- a) apenas de representação da autoridade policial, e terá prazo de cinco dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- b) apenas de requerimento do Ministério Público, e terá prazo de cinco dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- c) de representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público e terá, em caso de crimes hediondos e equiparados, prazo de trinta dias, não se admitindo prorrogação.
- d) de representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá, na hipótese de crimes hediondos e equiparados, prazo de quinze dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- e) de representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá, na hipótese de crimes hediondos e equiparados, prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

Questão 52

De acordo com a Lei de Execução, assinale a alternativa correta acerca das faltas disciplinares. Parte superior do formulário

- a) independem de expressa e anterior previsão legal ou regulamentar;
- b) tentadas são punidas com a sanção correspondente à falta consumada;
- c) são classificadas em leves, médias e graves, cabendo à legislação local especificá-las;



- d) Na apuração da falta disciplinar não é necessária a defesa técnica por um advogado.
- e) Comete falta de natureza média o condenado à pena privativa de liberdade que tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.

Questão 53

Acerca do Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa que não figura como circunstância agravante nos crimes de trânsito.

- A) a) ter o condutor do veículo cometido a infração sobre a faixa de trânsito temporária ou permanentemente destinada a pedestres.
- b) ter o condutor do veículo cometido a infração utilizando veículos sem placas, com placas falsas ou adulteradas.
- c) ter o condutor do veículo cometido a infração quando a sua profissão ou atividade exigir cuidados especiais com o transporte de passageiros ou de carga.
- d) ter o condutor do veículo cometido a infração com permissão ou carteira de habilitação de categoria diferente da do veículo;
- e) ter o condutor do veículo cometido a infração depois de atingir, no período de 1 ano, a contagem de 20 (vinte) pontos.

Questão 54

É crime hediondo nos termos do art. 1º da Lei nº 8072/90:

- a) Terrorismo;
- b) Corrupção passiva;
- c) Importunação sexual;
- d) Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito;
- e) Falsificação de documento público;

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 55

Assinale a alternativa correta a respeito da Constituição e do Constitucionalismo.

- a) Nos Estados Unidos, diferentemente da França, a constituição americana deu pouca relevância ao papel do juiz, dada a aversão à sua figura pelos revolucionários, reduzindo a função do Judiciário a mero emissor da voz da lei.
- b) A Constituição francesa de 1791 construiu um sistema fundado na supremacia do legislativo, restando ao executivo a função de dispor dos meios aptos à aplicação da lei.



- c) O modelo de constitucionalismo praticado no mundo contemporâneo segue, nas suas linhas gerais, o padrão que foi estabelecido pela Constituição francesa de 1791, especialmente no que diz respeito à função do Judiciário.
- d) A Constituição norte-americana de 1787 e a Constituição francesa de 1791 são os dois marcos mais importantes do Neoconstitucionalismo.
- e) A Constituição francesa de 1791 deu extrema relevância ao papel do juiz, tendo em vista a importância desse Poder no interior de seu texto.

Questão 56

No tocante ao Poder Legislativo, a Constituição Federal estabeleceu que as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas. Nesse sentido, portanto, no que diz respeito às CPIs, assinale a alternativa correta.

- a) Com base no seu poder geral de cautela, as CPIs podem decretar a indisponibilidade de bens do indiciado.
- b) As CPIs têm poderes para impor medida judicial determinando a proibição do indiciado deixar o território nacional.
- c) É garantido ao indiciado o direito de contar com a presença de seu advogado durante seu interrogatório na CPI, mas o causídico não pode intervir no curso do depoimento.
- d) A decretação de prisão pelas CPIs somente se admite no caso de crime em estado de flagrância.
- e) As CPIs têm poderes para impor a decretação de interceptação telefônica.

Questão 57

Na hipótese de o Ministério Público ajuizar uma ação civil pública em âmbito da justiça estadual, objetivando, em defesa do patrimônio público, a anulação de uma licitação baseada em lei municipal incompatível com dispositivo da Constituição Federal, é correto afirmar que o Poder Judiciário Estadual

- a) poderá conhecer da ação, mas o pedido deverá ser julgado improcedente, pois a lei municipal não pode ser objeto de controle de constitucionalidade perante a Constituição Federal.
- b) não poderá conhecer da ação, uma vez que o controle de constitucionalidade de leis e atos normativos em face da Constituição Federal é de competência da Justiça Federal.
- c) poderá conhecer da ação, e o controle de constitucionalidade poderá ser decidido de modo incidental restringindo-se seus efeitos inter partes.
- d) não poderá sequer conhecer da ação, uma vez que a ação civil pública não pode ser utilizada como sucedâneo de ação direta de inconstitucionalidade.
- e) poderá conhecer da ação, inclusive com a atribuição de efeito erga omnes no caso de procedência da demanda.



Questão 58

Assinale a alternativa que está em conformidade com o disposto na Constituição Federal acerca da Tributação e do Orçamento.

- a) A União, mediante lei ordinária federal, poderá instituir empréstimos compulsórios, e a aplicação dos seus respectivos recursos será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.
- b) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos e sobre operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- c) A União, os Estados e o Distrito Federal podem instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.
- d) A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a posterior compensação nos meses seguintes, caso não se realize o fato gerador presumido.
- e) Compete aos Municípios instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana e sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso ou gratuito, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

Questão 59

À luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir, a respeito dos direitos e das garantias fundamentais.

I - A interceptação de comunicações telefônicas, submetida a cláusula constitucional de reserva de jurisdição, é admitida, na forma da lei, para fins de investigação criminal e apuração de ato de improbidade administrativa.

II - Não viola o direito à intimidade a requisição, pelo Ministério Público, de informações bancárias de titularidade de órgão e entidades públicas, a fim de proteger o patrimônio público.

III - Mesmo em caso de flagrante delito, o ingresso forçado de autoridade policial em domicílio, independentemente de autorização judicial, é condicionado à demonstração de fundada suspeita de ocorrência de crime no local.

IV - A inviolabilidade domiciliar não afasta a possibilidade de agentes da administração tributária, no exercício da autoexecutoriedade, ingressarem em estabelecimento comercial ou industrial, independentemente de consentimento do proprietário ou de autorização judicial.

Estão certos apenas os itens



- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) I, III e IV.
- e) I,II,III e IV

Questão 60

De acordo com a CF, os partidos políticos são

- a) pessoas jurídicas de direito público às quais é assegurada autonomia para definir sua estrutura interna e para estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios.
- b) pessoas jurídicas de direito público às quais é assegurada autonomia para adotar critérios de escolha e regime de suas coligações nas eleições majoritárias, desde que observada vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.
- c) pessoas jurídicas de direito privado às quais é assegurada autonomia para adotar critérios de escolha e regime de suas coligações nas eleições majoritárias, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.
- d) pessoas jurídicas de direito privado às quais é permitido o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiro, nos termos da lei.
- e) pessoas jurídicas de direito público, tendo, inclusive, as faculdades inerentes à Fazenda Pública.

Questão 61

Conforme o entendimento do STF e a legislação pertinente, a função constitucional atribuída ao Conselho Nacional de Justiça inclui

- a) a revisão dos atos jurisdicionais dos magistrados e dos tribunais, exceto os do STF.
- b) o controle interno da atuação administrativa, financeira e disciplinar do Poder Judiciário.
- c) o controle de legalidade de atos normativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, o que não implica a possibilidade de afastar, por inconstitucionalidade, a aplicação de lei.
- d) o recebimento e conhecimento de reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, assim como o zelo pelo cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, incluídos os do STF.
- e) a revisão dos atos jurisdicionais dos magistrados e dos tribunais, incluído os do STF.

Questão 62

A Constituição Federal de 1988 (CF) prevê que a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios serão feitos por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante



plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após a divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei. Conforme o entendimento do STF e a classificação tradicional da aplicabilidade das normas constitucionais, tal previsão constitui norma de eficácia

- a) contida, embora de aplicabilidade diferida.
- b) plena, pois de aplicabilidade imediata.
- c) plena, embora de aplicabilidade diferida.
- d) limitada, pois de aplicabilidade mediata.
- e) contida, embora de aplicabilidade imediata.

Questão 63

Considerando o entendimento do STF acerca dos modelos, dos instrumentos e dos efeitos das decisões no controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- a) Apenas no controle abstrato o STF admite a modulação dos efeitos temporais da declaração de inconstitucionalidade.
- b) Embora seja ação típica do modelo concentrado, a arguição de descumprimento de preceito fundamental se presta, entre outros fins, ao controle concreto de constitucionalidade.
- c) O STF admite a intervenção do amicus curiae na edição ex officio dos enunciados de súmula vinculante.
- d) A admissão de reclamação constitucional ajuizada contra omissão do poder público que contrarie súmula vinculante independe do esgotamento da via administrativa.
- e) O STF entende ser incabível a realização de audiência pública antes do julgamento de recurso extraordinário, por ser mecanismo típico do controle abstrato.

Questão 64

Acerca do direito constitucional à saúde e à seguridade social, assinale a opção correta, segundo entendimento doutrinário e jurisprudencial.

- a) A seguridade social compreende saúde, previdência e assistência social, todas prestadas independentemente de contribuição dos usuários.
- b) De acordo com o STF, desde que seguidos os padrões regulamentados pela ANVISA, não é proibido o uso industrial e comercial do amianto.
- c) De acordo com o STF, não ofende a CF a internação hospitalar em acomodações superiores, no âmbito do SUS, mediante pagamento da diferença de valor correspondente.
- d) O polo passivo de ações que versem sobre responsabilidade nos tratamentos médicos pode ser ocupado por qualquer dos entes federados.
- e) Os objetivos da seguridade social não incluem equidade dos benefícios entre as populações urbana e rural.



DIREITO ELEITORAL

Questão 65

No que diz respeito à reforma eleitoral de 2017, assinale a alternativa correta:

- a) O crowdfunding – técnica coletiva de arrecadação de recursos por intermédio das denominadas “vaquinhas virtuais” – foi expressamente vedada pela legislação eleitoral.
- b) Não se considera gasto eleitoral, de modo que são dispensados da prestação de contas, o valor gasto em combustível e manutenção de veículo automotor usado pelo candidato na campanha.
- c) É vedada a utilização de impulsionamento de postagens em redes sociais, mesmo que feitas pelo candidato ou pelo partido em favor dos candidatos da agremiação.
- d) A propaganda eleitoral não mais poderá ser realizada pelos partidos políticos, mas tão somente pelos candidatos.
- e) Poderá participar das eleições o partido que, até dois anos antes do pleito, tenha registrado seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.

Questão 66

A respeito do crime de injúria previsto no Código Eleitoral, assinale a alternativa correta.

- a) Não será aplicada a pena, caso o ofendido, de forma reprovável, tenha provocado diretamente a injúria.
- b) O crime de injúria eleitoral admite prova da verdade do fato imputado e exclui o crime. Tal hipótese de exclusão não é admitida se o fato é imputado ao Presidente da República ou chefe de governo estrangeiro.
- c) Classifica-se o crime como próprio, de mera conduta, sendo imprescindível a presença de *animus injuriandi* e, caso firmada a autoria, a conduta será punida com pena de reclusão de três meses a um ano.
- d) A exceção da verdade, no crime de injúria, somente é admitida se o ofendido for funcionário público e a ofensa se circunscrever ao exercício de suas funções.
- e) Aumenta-se de dois terços a pena se o crime de injúria eleitoral é cometido contra o Presidente da República ou o chefe de governo estrangeiro.

Questão 67

Assinale a alternativa que corretamente reproduz o entendimento sumulado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

- a) É inadmissível o recurso especial eleitoral quando a questão suscitada não foi debatida na decisão recorrida e não foi objeto de embargos de declaração.
- b) A perda do mandato em razão da desfiliação partidária não se aplica aos candidatos eleitos pelo sistema proporcional e majoritário.



- c) A Carteira Nacional de Habilitação não gera a presunção da escolaridade necessária ao deferimento do registro de candidatura.
- d) A desincompatibilização de servidor público que possui cargo em comissão é de três meses antes do pleito, bastando apenas seu afastamento de fato.
- e) Em registro de candidatura, é cabível examinar o acerto ou desacerto da decisão que examinou, em processo específico, a filiação partidária do eleitor.

Questão 68

Em relação às juntas eleitorais, assinale a alternativa correta:

- a) Os servidores da justiça eleitoral podem ser nomeados para integrar a junta eleitoral, caso haja expressa dispensa das funções que ocupem.
- b) À exceção dos agentes policiais, os servidores do Poder Executivo, não podem ser nomeados membros das juntas eleitorais.
- c) Cabe à junta eleitoral apurar as eleições realizadas nas zonas eleitorais sob a sua jurisdição, encaminhando relatório circunstanciado ao TRE para expedição dos diplomas para as eleições municipais e estaduais e ao TSE para expedição dos diplomas para as eleições presidenciais.
- d) Compete à junta eleitoral resolver as impugnações e demais incidentes verificados durante os trabalhos da contagem e apuração de votos.
- e) As juntas serão compostas obrigatoriamente pelo juiz eleitoral, que será o presidente, e de 2 ou 4 cidadãos de notória idoneidade.

Questão 69

Caberá recurso das decisões dos tribunais regionais eleitorais somente quando estas

- a) divergirem da interpretação de lei de um tribunal eleitoral e de um tribunal regional federal.
- b) versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais, estaduais ou municipais.
- c) versarem sobre inelegibilidade nas eleições federais ou estaduais.
- d) determinarem a concessão de habeas corpus, mandado de segurança, habeas data ou mandado de injunção.
- e) determinarem a anulação de diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais.

Questão 70

Sobre os impedimentos à capacidade eleitoral passiva, assinale a alternativa correta:

- a) A inelegibilidade alcança aqueles que não estejam filiados a partidos políticos há, pelo menos, um ano das eleições.



- b) Candidatos expulsos do partido antes da eleição estarão sujeitos ao cancelamento do registro.
- c) Para que seja julgada procedente a representação por abuso de poder econômico, o ato abusivo deve ter potencialidade para alterar o resultado da eleição.
- d) A representação por abuso de poder importará na inelegibilidade do representado apenas se julgada procedente antes da proclamação dos eleitos.
- e) A aferição das condições de elegibilidade deve ser realizada até a data da eleição.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 71

Considere que determinada norma, fixadora do piso profissional aplicável a determinada categoria de servidores públicos, determine que o vencimento básico da categoria não pode ser inferior ao piso estabelecido. Sobre a aplicação de tal lei, considerada a compreensão do STJ, avalie as assertivas que seguem.

I – Importa no aumento do vencimento básico – daqueles que o tenham em montante inferior ao piso – ao valor do piso.

II – O percentual de aumento concedido àqueles que tinham vencimento básico inferior ao piso não é, somente por força da norma em questão, estendido àqueles que tinham remuneração básica superior ao piso.

III – Caso o vencimento básico inferior ao piso sirva de base de cálculo de determinada gratificação recebida pelo servidor, o valor desta será majorado.

Estão corretas as seguintes assertivas:

- a) I e II
- b) I e III
- c) II e III
- d) Todas
- e) Nenhuma

Questão 72

Quanto aos serviços públicos, no regime da Lei nº 8.987/1995, julgue os itens abaixo.

I - Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários. Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. No que concerne à atualidade, compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço; quanto à continuidade, é certo dizer que não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou, após prévio



aviso, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações, bem como por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

II - As concessionárias de serviços públicos, de direito público e privado, nos estados e no Distrito Federal, são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de seis datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.

III – Apenas nos casos expressamente previstos em lei a cobrança da tarifa poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.

Estão corretos apenas os itens:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I.
- e) I, II e III.

Questão 73

Quanto às concessões de serviços públicos, marque, com base na Lei nº 8.987/1995, a assertiva correta.

- a) Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração. Sempre que forem atendidas as condições do contrato, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- b) Não há, no regime da Lei nº 8.987/1995, a possibilidade de previsão, no edital da licitação, de outras fontes provenientes de receitas alternativas em prol do concessionário, embora haja tal possibilidade no regime da parcerias público-privadas (Lei nº 11.079/2004).
- c) A outorga de concessão ou permissão, em regra, terá caráter de exclusividade, desde que atendido o princípio da modicidade das tarifas, consoante disciplina da agência reguladora respectiva.
- d) No regime da Lei nº 8.987/1995, não há previsão legal expressa para adotar, como critério de julgamento da licitação para concessão de serviço público, a melhor oferta de pagamento pela outorga.
- e) Na licitação para concessão de serviço público, admitem-se propostas de entidade estatal alheia à esfera político-administrativa do poder concedente, mesmo que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios do poder público controlador da referida entidade, contanto que observados os ditames legais pertinentes e sem prejuízo da fiscalização pelos órgãos de controle competentes.

Questão 74

Em relação aos bens públicos, marque a alternativa correta.



- a) Admite o Código Civil, expressamente, que, em determinadas situações, bens de pessoas jurídicas de direito privado sejam qualificados como bens públicos.
- b) A doutrina, de forma uníssona, é refratária à qualificação como bem público de bem integrado ao patrimônio de pessoa jurídica de direito privado.
- c) Para o Superior Tribunal de Justiça, é imprescindível, para que determinado bem se qualifique como bem público, que seu proprietário seja pessoa jurídica de direito público.
- d) Sendo a pessoa jurídica de direito privado, porém integrante da administração indireta, todos os seus bens, por força de sua qualidade subjetiva, qualificam-se como bens públicos.
- e) Bens de empresa pública, em determinadas situações, podem ser tidos por imunes à aquisição por usucapião.

Questão 75

A respeito da ocupação por particulares de bens públicos dominicais e seus efeitos jurídicos, marque a assertiva incorreta.

- a) Em relação ao ente público titular do bem, tal ocupação se qualifica como mera detenção.
- b) Contra o ente público titular do bem, o ocupante não pode ser servir dos instrumentos processuais de defesa da posse.
- c) Caso se trate de contenda entre particulares, aquele que ocupa o bem público pode qualificar sua ocupação como posse.
- d) Caso se trate de contenda entre particulares, aquele que ocupa o bem público pode invocar proteção possessória.
- e) Caso se trate de contenda entre particulares, aquele que ocupa o bem público pode invocar usucapião.

Questão 76

Sobre a responsabilidade civil da Administração Pública por ato judicial, considerada a disciplina da Constituição Federal, além da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, marque a assertiva correta.

- a) Não é regida pela teoria da responsabilidade civil objetiva do Estado.
- b) Subsume-se à regra contida no artigo 37, §6º, da Constituição Federal.
- c) Inexiste regra constitucional específica referente ao ato judicial como causa da responsabilidade civil do Estado.
- d) É criação doutrinária, acolhida pelo STF, a responsabilização civil do Estado em decorrência do denominado erro judiciário, posto que a Constituição Federal silencia a respeito.
- e) Sobre o ponto, a Constituição Federal somente admite expressamente a responsabilização civil do Estado nas hipóteses de prisão por tempo excedente ao determinado na sentença.

Questão 77



Sobre a responsabilidade objetiva do Estado e a denúncia da lide, marque a alternativa correta.

- a) Caso venha o Ministério da Saúde a conceder a laboratório licença para comercializar determinado remédio que, por ser ruinoso, tenha levado mencionado laboratório a indenizar diversos consumidores, será a União objetivamente responsável por ressarcir o laboratório de tais valores despendidos a título indenizatório.
- b) Caso venha o Ministério da Saúde a conceder a laboratório licença para comercializar determinado remédio que, por ser ruinoso, tenha levado determinado consumidor a ajuizar ação indenizatória contra mencionado laboratório, será cabível que este efetue a denúncia da lide à União.
- c) A denúncia da lide, nas hipóteses do artigo 70, III, do CPC/1973 (artigo 125, II, do CPC/2015), somente se pode dar quando o denunciado tenha obrigação legal ou contratual de ressarcir o denunciante em decorrência dos prejuízos demandados na ação principal.
- d) Caso venha o Ministério da Agricultura e Pecuária a conceder a determinada empresa aprovação de forma de rotulagem de seus alimentos, rotulagem que, por incompleta, tenha levado mencionada empresa a indenizar diversos consumidores, será a União objetivamente responsável por ressarcir a empresa de tais valores despendidos a título indenizatório.
- e) Caso venha o Ministério da Agricultura e Pecuária a aprovar a forma de rotulagem de alimentos de empresa determinada, rotulagem que, por incompleta, tenha levado determinado consumidor a ajuizar ação indenizatória contra a empresa, será cabível que esta efetue a denúncia da lide à União.

Questão 78

Segundo o disposto na Constituição Federal, se um ato administrativo aplicar indevidamente determinada súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- a) poderá ser anulado por meio de recurso ordinário a ser interposto diretamente perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) deverá ser impugnado por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- c) poderá ser anulado por meio de reclamação ao Supremo Tribunal Federal.
- d) deverá ser impugnado por meio de ação própria em primeira instância da Justiça Federal.
- e) poderá ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade, para dirimir a divergência sobre a aplicação correta da súmula vinculante.

Questão 79

A competência para declarar a utilidade pública ou o interesse social do bem com vistas à futura desapropriação é

- a) da União, exclusivamente.



- b) dos Estados, exclusivamente.
- c) dos Municípios, exclusivamente.
- d) da União e dos Estados, concorrentemente.
- e) da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Questão 80

Suponha-se que um determinado agente público vinculado ao Município de Teixeira de Freitas atue para frustrar a licitude de processos licitatórios e com isso acumule recursos suficientes para comprar uma casa e um veículo, caracterizando enriquecimento ilícito e, conseqüentemente, ato de improbidade administrativa. Instaurada a ação cabível, o agente público vem a falecer e seus filhos reclamam ter direito aos bens deixados pelo pai, inclusive os resultantes do ilícito administrativo. Alegam os herdeiros do agente público que não praticaram ato de improbidade e que não estão sujeitos à perda dos bens. Diante do previsto na Lei Federal nº8.429/1992, os filhos do agente público

- a) não têm razão, pois no microsistema da Lei de Improbidade Administrativa, o perdimento dos bens é determinado liminarmente e, somente caso a ação seja julgada improcedente, caberá ressarcimento, em dinheiro, aos herdeiros.
- b) têm razão, pois apesar de eventualmente serem provados atos de improbidade administrativa, os filhos não respondem pelos atos de improbidade praticados pelo pai, cuja responsabilidade é personalíssima.
- c) não têm razão, pois no caso de enriquecimento ilícito, não só o agente público perderá os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio, como também o terceiro beneficiário.
- d) têm razão, pois as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa são de perda da função pública e de suspensão dos direitos políticos, mas não alcançam a esfera patrimonial do agente público.
- e) não têm razão, pois segundo o previsto na Lei de Improbidade Administrativa, os herdeiros do agente público devem perder os bens ilicitamente adquiridos pelo pai, bem como ressarcir o erário integralmente, pagar a multa eventualmente cominada e absterem-se de contratar com o Poder Público.

DIREITO AMBIENTAL

Questão 81

Uma siderúrgica, emissora de gases poluentes, possui projeto para se instalar em zona industrial no litoral baiano. Ocorre que os técnicos ambientais do órgão responsável detectaram que o empreendimento só será viável ambientalmente se forem instalados filtros especiais que possuem a capacidade de filtrar os resíduos expelidos, jogando no ar níveis aceitáveis de poluição. Os custos com a instalação desses filtros deverão ser arcados pelo empreendedor com base no princípio:

- a) da cooperação entre os povos.



- b) da responsabilização.
- c) do poluidor pagador.
- d) da precaução.
- e) da participação popular.

Questão 82

A Política Nacional de Recursos Hídricos não está baseada em qual postulado?

- a) a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas.
- b) em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é a produção econômica, proporcionando a geração de renda.
- c) a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico.
- d) a água é um bem de domínio público.
- e) a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Questão 83

Segundo a Lei nº 11.105/2005, que trata da segurança e fiscalização dos Organismos Geneticamente Modificados – OGM e seus derivados, assinale a alternativa correta:

- a) o embrião resultante da fertilização *in vitro* é considerado um Organismo Geneticamente Modificado para os fins legais.
- b) é proibida a clonagem humana, mas permite-se a engenharia genética em embrião humano, desde que seja para prevenir futuras doenças.
- c) é permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados no respectivo procedimento, atendidas determinadas condições.
- d) é permitida a comercialização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados no respectivo procedimento.
- e) Nem sempre é necessário o consentimento dos genitores para a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados no respectivo procedimento.

Questão 84

A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas poderá ser autorizada:

- a) em caso de obras de defesa civil.
- b) em nenhuma hipótese, tendo em vista sua importância ambiental.
- c) em caso de interesse social.



- d) em caso de regularização fundiária de assentamentos humanos ocupados predominantemente por população de baixa renda em áreas urbanas consolidadas.
- e) pelo Ministério do Meio Ambiente.

Questão 85

Em qual das Unidades de Conservação abaixo relacionadas permite-se, em regra, apenas o uso indireto dos recursos naturais:

- a) área de preservação ambiental
- b) reserva da fauna
- c) floresta nacional
- d) refúgio da vida silvestre
- e) reserva extrativista

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 86

Acerca do papel da Lei Complementar no Direito Tributário, marque a alternativa incorreta:

- a) Segundo a corrente dicotômica, a lei complementar só pode dispor sobre normas gerais em matéria de legislação tributária, as quais, por sua vez, vão dispor sobre conflitos de competência e sobre limitações constitucionais ao poder de tributar.
- b) A corrente tricotômica sustenta competir à lei complementar dispor sobre conflitos de competência em matéria tributária, regular as limitações constitucionais ao poder de tributar e estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária.
- c) Cabe à Lei Complementar definir tributos e suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados na Constituição, os respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes. Essa tarefa foi realizada pelo Código Tributário Nacional e por outras leis complementares, como a Lei Complementar nº 87/1996, que dispõe sobre o ICMS, e a Lei Complementar nº 116/2003, que dispõe sobre o ISSQN.
- d) Na ausência de lei complementar que defina os fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes do IPVA, o Supremo Tribunal Federal firmou entendimento no sentido de que os Estados não podem exercer a competência tributária que lhe foi atribuída pela Constituição, pela inaplicabilidade do artigo 24, §3º, da Constituição Federal.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

Questão 87

São hipóteses de suspensão do crédito tributário:

- a) O Parcelamento, a moratória e a compensação.



- b) O parcelamento, o depósito do seu montante integral e as reclamações e os recursos, interpostos nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- c) O parcelamento, a penhora integral do crédito e os recursos administrativos.
- d) O parcelamento, a isenção e a anistia.
- e) Nenhuma das alternativas está correta

Questão 88

Sobre legislação tributária, assinale a alternativa correta:

- a) A expressão "legislação tributária" compreende apenas as leis, os tratados e as convenções internacionais, bem como as demais fontes primárias.
- b) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros. Os fatos geradores pendentes são regulados pela lei pretérita, se mais benéfica ao sujeito passivo.
- c) A lei interpretativa pode retroagir quando for interpretativa, desde que mais benéfica ao sujeito passivo.
- d) A lei aplica-se a ato pretérito quando deixe de defini-lo como infração, mesmo que ele tenha sido definitivamente julgado.
- e) São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos, dentre outras, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.

Questão 89

O estado da Bahia ingressou com a ação de execução fiscal em 27/11/2018 contra a pessoa jurídica X. Ao tentar fazer a citação por oficial de justiça, foi constatado que a empresa não estava localizada no estabelecimento informado nos cadastros fiscais. Diante desse fato, o Estado requereu o redirecionamento da execução fiscal contra João e Pedro, o primeiro sócio-quotista e o segundo administrador da sociedade. O juiz deferiu o pedido e ambos foram devidamente citados. Diante desses fatos, assinale a alternativa correta:

- a) A decisão que determinou o redirecionamento da execução contraria a jurisprudência dominante, porque o patrimônio da pessoa jurídica é independente do patrimônio da pessoa física.
- b) O redirecionamento foi deferido corretamente com relação ao sócio-quotista, porque há a presunção de dissolução irregular da pessoa jurídica quando ela não é encontrada no endereço informado ao fisco. No entanto, não poderia ter sido deferido o redirecionamento contra o administrador, porque ele não faz parte do quadro societário.
- c) A presunção de dissolução irregular é absoluta, não comportando provas em sentido contrário.
- d) A presunção de dissolução irregular é relativa, mas só pode ser ilidida por meio de prova documental.
- e) O redirecionamento só poderia ter sido realizado contra o administrador da pessoa jurídica.



Questão 90

Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) A segurança pública, presentes a prevenção e o combate a incêndios, faz-se, no campo da atividade precípua, pela unidade da Federação, e, porque serviço essencial, tem como a viabilizá-la a arrecadação de impostos, não cabendo ao Município a criação de taxa para tal fim.
- b) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal;
- c) A taxa cobrada em razão dos serviços de conservação e limpeza de logradouros e bens públicos ofende o art. 145, II, da Constituição Federal;
- d) A taxa de iluminação pública é inconstitucional.
- e) Todas alternativas estão corretas.

Questão 91

De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) O IPVA não pode incidir sobre embarcações e aeronaves.
- b) É constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação — ITCMD.
- c) Após a Emenda Constitucional 33/2001, é constitucional a incidência de ICMS sobre operações de importação efetuadas por pessoa, física ou jurídica, que não se dedique habitualmente ao comércio ou à prestação de serviços.
- d) O ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS.
- e) A redução da base de cálculo de ICMS não equivale à isenção parcial, o que impede a anulação proporcional de crédito relativo às operações anteriores, ainda que exista lei estadual nesse sentido.

Questão 92

De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo pode ser alterado em virtude de impugnação do sujeito passivo e recurso de ofício. Nesse último caso, no entanto, somente para beneficiar o contribuinte.
- b) A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.
- c) Como regra, a atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional. No entanto, tratando-se de lançamento de multa, a atividade é discricionária, em razão da possibilidade de graduação da pena pelo fisco.



d) Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência deste.

e) Tratando-se de lançamento por declaração, os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame não podem ser retificados de ofício pela autoridade administrativa.

Questão 93

Sobre o processo judicial tributário, julgue a alternativa correta:

a) A exceção de pré-executividade é um mecanismo de defesa que pode ser utilizado pelo executado nos próprios autos da ação de execução, nos casos em que a matéria alegada possa ser conhecida de ofício e não demande dilação probatória. No âmbito da execução fiscal, no entanto, revela-se incabível, em razão do princípio da predominância do interesse público sobre o interesse privado.

b) O mandado de segurança não pode ser utilizado para a declaração do direito à compensação tributária.

c) A obtenção de tutela antecipada em ação declaratória de inexistência de relação jurídica suspende a exigibilidade do crédito tributário, razão pela qual o fisco não pode realizar o lançamento tributário após a intimação da decisão judicial.

d) Na ausência de norma específica, a jurisprudência entende que se aplica o prazo quinquenal previsto no artigo 1º do Decreto nº 20.910/32 às ações anulatórias de débitos fiscais.

e) Ultrapassado o prazo para interposição de embargos à execução, não é mais possível o ajuizamento de ação anulatória.

DIREITO EMPRESARIAL

Questão 94

No que tange à desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa CORRETA.

a) Na desconsideração da personalidade jurídica indireta, busca-se superar a personalidade da sociedade para alcançar um sócio oculto;

b) A desconsideração da personalidade jurídica expansiva tem lugar quando diante da criação de constelações de sociedade coligadas, controladoras e controladas, uma delas se vale dessa condição para fraudar seus credores;

c) Da decisão que decreta a desconsideração da personalidade jurídica, cabe apelação em razão do encerramento do incidente;

d) Com a desconsideração inversa da personalidade jurídica, busca-se impedir a prática de transferência de bens pelo sócio para a pessoa jurídica sobre a qual detém controle, afastando-se momentaneamente o manto fictício que separa o sócio da sociedade para



buscar o patrimônio que, embora conste no nome da sociedade, na realidade, pertence ao sócio fraudador;

e) O Novo Código de Processo Civil não prevê qualquer procedimento para descon sideração inversa da personalidade jurídica.

Questão 95

De acordo com o Superior Tribunal de Justiça e à legislação em vigor, quanto aos contratos bancários, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Há previsão expressa de cobrança de juros capitalizados em periodicidade mensal quando a taxa de juros anual ultrapassa o duodécuplo da taxa mensal;
- b) A Cédula de Crédito Bancário não admite capitalização de juros;
- c) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) não descaracteriza a mora;
- d) A circunstância de a taxa de juros remuneratórios praticada pela instituição financeira exceder a taxa média do mercado induz, por si só, à conclusão de cobrança abusiva;
- e) Nos contratos bancários, na impossibilidade de comprovar a taxa de juros efetivamente contratada - por ausência de pactuação ou pela falta de juntada do instrumento aos autos -, aplica-se a taxa média de mercado, divulgada pelo Bacen, praticada nas operações da mesma espécie, mesmo que a taxa cobrada seja mais vantajosa para o devedor.

Questão 96

De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, no que se refere ao cheque, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Não caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado;
- b) O protesto de cheque não pode ser efetuado após o prazo de apresentação;
- c) O estabelecimento bancário está obrigado a verificar a autenticidade das assinaturas dos endossantes, principalmente para atestar a regularidade formal da cadeia de endossos;
- d) Trata-se de exercício regular de direito a inscrição do nome do cotitular de conta bancária conjunta nos órgãos de proteção ao crédito, mesmo que este não tenha emitido o cheque sem provisão de fundos;
- e) Os juros moratórios decorrentes de dívidas representadas em cheque devem ser fixados a partir da data da primeira apresentação do título para pagamento, independentemente da cobrança ter sido buscada por meio de ação monitória.

Questão 97

De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, no que se refere aos títulos de crédito, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O devedor do título crédito pode opor contra o endossatário as exceções pessoais que possuía em face do credor originário em razão do princípio da boa-fé;



- b) A cambial emitida ou aceita com omissões, ou em branco, pode ser completada pelo credor de boa-fé, mesmo após o protesto;
- c) As duplicatas virtuais possuem força executiva, desde que acompanhadas dos instrumentos de protesto por indicação e dos comprovantes de entrega da mercadoria e da prestação do serviço;
- d) Assim como a abstração dos títulos de crédito, a autonomia do aval depende de sua circulação;
- e) O endossatário de título de crédito por endosso-mandato sempre responde por danos decorrentes de protesto indevido.

Questão 98

Em relação ao Direito Recuperacional e Falimentar, observando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Deferido o processamento da recuperação judicial, deve o Juízo Universal oficializar aos cadastros de inadimplentes para que providenciem a baixa dos protestos e inscrições em nome da recuperanda;
- b) Em razão de instaurarem Juízo Universal, os procedimentos de recuperação judicial e da falência acarretam a atração das ações que demandam quantia ilíquida;
- c) O crédito advindo de adiantamento de contrato de câmbio também está sujeito aos efeitos da recuperação judicial;
- d) Os créditos decorrentes de arrendamento mercantil ou com garantia fiduciária - inclusive os resultantes de cessão fiduciária - se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial;
- e) Embora o juiz não possa analisar os aspectos da viabilidade econômica da empresa, tem ele o dever de velar pela legalidade do plano de recuperação judicial, de modo a evitar que os credores aproveitem pontos que estejam em desacordo com as normas legais.

Questão 99

Quanto à propriedade industrial, observando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A marca notoriamente conhecida é exceção ao princípio da especificidade e tem proteção especial em todos os ramos de atividade, desde que previamente registrada no Brasil e assim declarada pelo INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial;
- b) Ainda que constituídas por expressões comuns ou genéricas, as marcas fracas ou evocativas possuem o atributo da exclusividade, não podendo conviver com outras semelhantes;
- c) A marca de alto renome é exceção ao princípio da especificidade e tem proteção especial em todos os ramos de atividade, desde que previamente registrada no Brasil e assim declarada pelo INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial;
- d) Cabe ao Poder Judiciário analisar os requisitos necessários à qualificação da marca como de alto renome;



e) A ação de nulidade de registro de marca ou patente é necessária para que possa ser afastada a garantia da exclusividade, devendo correr na Justiça Estadual, ainda que participe o INPI.

Questão 100

Em relação ao contrato de *factoring*, observando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa CORRETA.

- a) No contrato de *factoring*, a transferência dos créditos se opera por simples endosso;
- b) A empresa faturizada não responde pelo simples inadimplemento dos títulos cedidos, salvo se der causa à inadimplência do devedor. Assim, deve ser declarada nula a cláusula de recompra, tendo em vista que a estipulação contratual nesse sentido retira da empresa de *factoring* o risco inerente aos contratos dessa natureza;
- c) A utilização do serviço de fomento mercantil como incremento da atividade produtiva constitui relação de consumo;
- d) As exceções pessoais originariamente oponíveis pelos devedores ao faturizado não são oponíveis à faturizadora (nova credora), em razão do princípio da inoponibilidade de exceções pessoais;
- e) As empresas de *factoring*, embora não integrem o Sistema Financeiro Nacional, podem cobrar juros remuneratórios em taxa superior a 12% (doze por cento) ao ano.